



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF

Fl.

Processo nº : 10580.012519/2003-61
Recurso nº : 133.886
Acórdão nº : 202-17.850

Recorrente : DETASA BAHIA S/A INDUSTRIAL
Recorrida : DRJ em Salvador - BA

MF-Segundo Conselho de Contribuintes
Publicado no Diário Oficial da União
de 23/10/07
Rubrica

NORMAS PROCESSUAIS. DECADÊNCIA.

Nos casos de lançamento por homologação, ou seja, quando há o adiantamento do pagamento, aplica-se o art. 150, § 4º, do CTN, contando-se o prazo de 5 anos a partir da ocorrência do fato gerador.

Recurso provido em parte.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por DETASA BAHIA S/A INDUSTRIAL.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por maioria de votos, em dar provimento parcial ao recurso, para reconhecer a decadência dos fatos geradores lançados até novembro de 1998.** Vencidos os Conselheiros Maria Cristina Roza da Costa, Nadja Rodrigues Romero e Antonio Zomer que votaram pela tese dos 10 anos.

Sala das Sessões, em 27 de março de 2007.

Antonio Carlos Atulim
Presidente

Ivan Allegretti
Relator

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 08/10/07

Ivana Cláudia Silva Castro
Mat. Série 92136

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Gustavo Kelly Alencar, Antonio Ricardo Accioly Campos (Suplente) e Maria Teresa Martinez López.



Processo nº : 10580.012519/2003-61
Recurso nº : 133.886
Acórdão nº : 202-17.850

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 08 / 10 / 07

Ivana Cláudia Silva Castro
Mat. Siape 92136

2º CC-MF
FL.

Recorrente : DETASA BAHIA S/A INDUSTRIAL

RELATÓRIO

Trata-se de auto de infração (fls. 03/18) lavrado contra a contribuinte acima identificada, que pretende a cobrança da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – Cofins, relativa aos períodos de apuração de julho de 1998 a setembro de 2003.

O lançamento decorreu da apuração de “divergências entre os valores de base de cálculo utilizados pelo contribuinte para seus recolhimentos e declarações, e os valores de receita escriturados em seus livros fiscais” (fl. 4).

Na impugnação (fls. 130/133), a contribuinte alegou, em preliminar, a decadência do direito de o Fisco lançar o crédito e, no mérito, reiterou as razões impugnadas no processo principal, destacando a necessidade de suspensão do presente processo até decisão final do processo matriz, relativo ao IRPJ e ao IPI, por entender que “parte da exigência decorre de lançamento reflexo e parte assume natureza autônoma, objeto de defesa própria, enquanto em relação ao lançamento reflexo, requer que seja deferida sua suspensão até decisão final do processo matriz, relativo ao IRPJ e ao IPI, pois, como acessório, há de seguir-lhe a mesma sorte” (fl. 132 e 147).

A DRJ em Salvador - BA manteve integralmente o lançamento, por meio do Acórdão nº 8.723, de 24 de novembro de 2005 (fls. 145/149), cuja ementa é a seguinte:

“Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

Período de apuração: 31/07/1998 a 30/09/2003

Ementa: DECADÊNCIA.

O prazo para a Fazenda Pública constituir o crédito tributário relativo à Cofins é de dez anos.

TRIBUTAÇÃO REFLEXA.

Tratando-se de lançamento de ofício da Cofins, calculada a partir do confronto entre os valores escriturados nos livros fiscais e os valores declarados ao Fisco, não há como se caracterizar tributação reflexa à exigência de outros tributos.

Lançamento Procedente”.

No acórdão da DRJ, o Relator cuidou de esclarecer que:

“A contribuinte foi cientificada do Auto de Infração em 19/12/2003, e a contribuição questionada reporta-se a fatos geradores ocorridos a partir de julho de 1998. Logo, não há que se falar em decadência do direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário correspondente.

Improcede também a pretensão da impugnante em ter o presente processo suspenso até decisão de processo que versa sobre IRPJ ou IPI, pois o lançamento objeto deste litígio não guarda relação com qualquer outra infração constatada pelo Fisco. Trata-se de Auto de Infração lavrado a partir do confronto entre os valores escriturados nos livros



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10580.012519/2003-61
Recurso nº : 133.886
Acórdão nº : 202-17.850

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 08 / 10 / 07

u

Ivana Cláudia Silva Castro
Mat. Sispe 92136

2º CC-MF
Fl.

fiscais da autuada e os valores declarados ao Fisco e/ou recolhidos, cujas divergências foram constatadas durante o procedimento de "verificações obrigatórias".

Quanto à alegação de tributação reflexa, a DRJ esclareceu que “*o lançamento objeto do presente processo não guarda relação com qualquer outra infração constatada pelo Fisco*” (fl. 149), ou seja, que não se trata de lançamento reflexo, pois não houve lançamento de IR ou IPI quanto aos mesmos fatos.

A contribuinte então interpôs recurso voluntário (fls. 159/164), sustentando: (a) a decadência do direito de o Fisco exigir o crédito tributário; (b) a ilegitimidade do lançamento de ofício da Cofins, calculada a partir do confronto entre os valores escriturados nos livros fiscais e os valores declarados ao Fisco, não caracterizando tributação reflexa à exigência de outros tributos; e (c) que era indevida a exigência do arrolamento de bens como condição para o processamento do recurso, pois isto violaria o princípio constitucional da ampla defesa.

É o relatório.

[Assinatura]



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10580.012519/2003-61
Recurso nº : 133.886
Acórdão nº : 202-17.850

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília. 08 / 10 / 07

Ivana Cláudia Silva Castro
Mat. Siape 92136

2º CC-MF
Fl.

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR
IVAN ALLEGRETTI

Embora a recorrente tenha se insurgido contra a exigência do arrolamento, argumentando que tal exigência violaria seu direito constitucional à ampla defesa, verifica-se dos autos que houve o regular arrolamento de bens, em medida suficiente para autorizar a apreciação do recurso.

Tendo ocorrido, pois, o arrolamento de bens, resta satisfeito o pressuposto para a admissibilidade do recurso voluntário, estando superada qualquer discussão a este respeito.

Quanto à decadência, tem razão a contribuinte ao afirmar que se aplica o prazo de 5 (cinco) anos para o presente caso concreto.

Isto porque no período compreendido pelo auto de infração – fatos geradores de 07/1998 a 09/2003 – houve o adiantamento do pagamento do PIS e da Cofins, o que configura o lançamento por homologação previsto no art. 150 do CTN.

Aplica-se, assim, a contagem da decadência na forma do art. 150, § 4º, do CTN, tomando como início a data de ocorrência do fato gerador.

Tendo em vista que a contribuinte foi notificada do lançamento em 12/12/2003 (fl. 3), deve-se reconhecer a decadência quanto aos fatos geradores dos meses 07, 08, 09, 10 e 11/1998.

Diante do exposto, voto no sentido de dar parcial provimento ao recurso voluntário apenas para aplicar a decadência quanto aos fatos geradores indicados, mantendo o lançamento quanto aos demais períodos.

Sala das Sessões, em 27 de março de 2007.

IVAN ALLEGRETTI